

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA –  
COPEL

5ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 5ª Emissão de Debêntures da COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website [www.pentagonotrustee.com.br](http://www.pentagonotrustee.com.br).

Atenciosamente,

**PENTÁGONO S.A. DTVM.**

\*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

## Características da Emissora

- Denominação Social: COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL
- CNPJ/MF: 76.483.817/0001-20
- Diretor de Relações com Investidores: Sr. Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani
- Atividades: (i) pesquisar e estudar, dos pontos de vista técnico e econômico, quaisquer fontes de energia provendo soluções para o desenvolvimento com sustentabilidade; (ii) pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a produção, a transformação, o transporte, o armazenamento, a distribuição e o comércio de energia, em qualquer de suas formas, principalmente a elétrica, de combustíveis e de matérias-primas energéticas; (iii) estudar, planejar, projetar, construir e operar barragens e seus reservatórios, bem como outros empreendimentos, visando ao aproveitamento múltiplo das águas; (iv) prestar serviços de informações e assistência técnica, quanto ao uso racional da energia, a iniciativas empresariais que visem à implantação e desenvolvimento de atividades econômicas de interesse para o desenvolvimento do Estado; e (v) desenvolver atividades na área de transmissão de informações eletrônicas, comunicações e controles eletrônicos, de telefonia celular, e outras atividades de interesse para a Emissora e para o Estado do Paraná, ficando autorizada para estes fins e para os previstos nas alíneas “b” e “c”, a participar, majoritariamente ou minoritariamente, de consórcios ou companhias com empresas privadas.

## Características da Emissão

- Emissão: 5ª
- Séries: Única
- Data de Emissão: 13/05/2014
- Data de Vencimento: 13/05/2019
- Banco Escriturador/ Mandatário: Itaú Corretora de Valores S.A.

- Código Cetip/ISIN: CPEL15/ BRCPLEDBSOA1
  - Coordenador Líder: BB - Banco de Investimento S.A.
  - Destinação dos Recursos: Os recursos captados por meio desta Emissão serão destinados para a gestão ordinária dos negócios da Emissora, notadamente para o financiamento do seu capital de giro e/ou para a realização de investimentos pela Companhia.
  - Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.
1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/ 83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.

2. **Alterações Estatutárias:** (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Em AGE\*, realizada em 22/12/2016, foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Companhia, conforme segue: (i) caput do artigo 4º, em virtude de deliberação de aumento de seu capital social; (ii) artigo 17, em virtude de deliberação de ajuste do número de diretorias; (iii) artigo 20, em virtude de deliberação de exclusão do § 1º, bem como, do § 2º a § 7º - renumerados, respectivamente, para § 1º a 6º; e, ainda o ajuste na redação e renumeração do § 8º sobre o exercício de função no Conselho de Administração das subsidiárias integrais, renumerado para § 7º; (iv) artigo 21, em virtude de deliberação de alteração na redação, inclusão, exclusão e renumeração de incisos para ajustes nas competências do Diretor Presidente; (v) artigos 22 a 26, foram excluídos em virtude de deliberação; (vi) artigos 27 a 43, foram renumerados, respectivamente, para os artigos 22 a 38; e (vii) artigo 44, foi renumerado para o artigo 39 e alterada sua redação para contemplar transitoriedade da regra referente ao prazo de mandato dos membros da Diretoria.

\*Ademais, informamos que a mencionada AGE foi realizada juntamente com a AGO da Companhia.

3. **Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa:** (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **A Empresa**

- Atividade Principal: 64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras;
- Situação da Empresa: ativa;
- Natureza do Controle Acionário: estatal holding;
- Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- **Situação Financeira**

- Liquidez Geral: manteve-se em 0,83 de 2015 para 2016;
- Liquidez Corrente: de 1,45 em 2015 para 0,78 em 2016;
- Liquidez Seca: de 1,42 em 2015 para 0,76 em 2016;
- Giro do Ativo: de 0,52 em 2015 para 0,43 em 2016.

- **Estrutura de Capitais**

A Companhia apresentou um aumento nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 9,6% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido também teve aumento de 2,4% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido manteve-se em 117% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Não Circulante um aumento de 0,5% de 2015 para 2016, e uma variação positiva no índice de endividamento de 1,2% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. **Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado:** (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R\$ 10.000,0000**
- **ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: não aplicável**

- REMUNERAÇÃO\*: 111,50% do DI

\*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.

- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

Juros:

13/05/2016 – R\$ 752,247399

14/11/2016 – R\$ 769,258700

- POSIÇÃO DO ATIVO:

Quantidade em circulação: 100.000

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 100.000

5. Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: não houve;
- Amortização: não houve;
- Conversão: não aplicável;
- Repactuação: não aplicável;
- Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;
- Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.

6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. **Relação dos bens e valores entregues à sua administração:** (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. **Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão:** (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Emissora obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures, a observar, entre outras obrigações, os índices financeiros previstos no item 7.1, alínea “(z)” da Escritura de Emissão.

#### Limites e Índices Financeiros

|  |       |      |         |
|--|-------|------|---------|
| Dívida Líquida Consolidada / EBITDA Consolidado          | ≤ 3,5 | 3,42 | Cumpriu |
| Índice de cobertura do serviço da dívida - Com Rolagem * | ≥ 1,5 | 1,97 | Cumpriu |

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10. **Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures:** (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie quirografária, sem garantias.

11. **Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período:** (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- (i) Denominação da companhia ofertante: **COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.**
- Emissão: 1ª.
  - Valor da emissão: R\$ 1.000.000.000,00;
  - Quantidade de debêntures emitidas: 100.000;
  - Espécie: quirografária, com garantia adicional fidejussória;
  - Prazo de vencimento das debêntures: 15/05/2020;
  - Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) fiança prestada pela Companhia Paranaense de Energia – Copel;
  - Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Juros:

16/05/2016 – R\$ 1.569,778700

(ii) Denominação da companhia ofertante: **COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.**

- Emissão: 2ª.
- Valor da emissão: R\$ 1.000.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 100.000;
- Espécie: quirografária, com garantia adicional fidejussória;
- Prazo de vencimento das debêntures: 13/07/2019;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) fiança prestada pela Companhia Paranaense de Energia – Copel;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture: não houve.

(iii) Denominação da companhia ofertante: **COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.**

- Emissão: 1ª.
- Valor da emissão: R\$ 1.000.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 100.000;
- Espécie: quirografária, com garantia adicional fidejussória;
- Prazo de vencimento das debêntures: 30/10/2017;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) fiança prestada pela Companhia Paranaense de Energia – Copel;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Amortização:

31/10/2016 – R\$ 5.000,000000

Juros:

02/05/2016 – R\$ 724,027039

31/10/2016 – R\$ 741,309160

(iv) Denominação da companhia ofertante: **COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.**

- Emissão: 2ª.
- Valor da emissão: R\$ 500.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 50.000;
- Espécie: quirografária, com garantia adicional fidejussória;



- Prazo de vencimento das debêntures: 27/10/2019;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) fiança prestada pela Companhia Paranaense de Energia – Copel;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture: não houve.

**(v) Denominação da companhia ofertante: COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A.**

- Emissão: 1ª.
- Valor da emissão: R\$ 160.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 16.000;
- Espécie: quirografária, com garantia adicional fidejussória;
- Prazo de vencimento das debêntures: 15/10/2024;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) fiança prestada pela Companhia Paranaense de Energia – Copel;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Juros:

15/04/2016 – R\$ 349,901312

17/10/2016 – R\$ 424,254801

**(vi) Denominação da companhia ofertante: NOVA ASA BRANCA I ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

- Emissão: 1ª.
- Valor da emissão: R\$ 53.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 5.300;
- Espécie: quirografária, com garantia adicional fidejussória;
- Prazo de vencimento das debêntures\*: 10/12/2016;  
\*Redação em conformidade com o 2º Aditamento à Escritura de Emissão.
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) fiança prestada pela Companhia Paranaense de Energia – Copel;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Juros:

10/06/2016 – R\$ 747,92975000

29/07/2016 – R\$ 205,64556999

Prêmio:

29/07/2016 – R\$ 20,41129114

Resgate Total Antecipado:

29/07/2016 – R\$ 10.000,00000000

**(vii) Denominação da companhia ofertante: NOVA ASA BRANCA II ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

- Emissão: 1ª.
- Valor da emissão: R\$ 58.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 5.800;
- Espécie: quirografária, com garantia adicional fidejussória;
- Prazo de vencimento das debêntures\*: 10/12/2016;  
\*Redação em conformidade com o 2º Aditamento à Escritura de Emissão.
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) fiança prestada pela Companhia Paranaense de Energia – Copel;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Juros:

10/06/2016 – R\$ 747,92975000

29/07/2016 – R\$ 205,64556999

Prêmio:

29/07/2016 – R\$ 20,41129114

Resgate Total Antecipado:

29/07/2016 – R\$ 10.000,00000000

**(viii) Denominação da companhia ofertante: NOVA ASA BRANCA III ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

- Emissão: 1ª.
- Valor da emissão: R\$ 50.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 5.000;
- Espécie: quirografária, com garantia adicional fidejussória;
- Prazo de vencimento das debêntures\*: 10/12/2016;  
\*Redação em conformidade com o 2º Aditamento à Escritura de Emissão.

- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) fiança prestada pela Companhia Paranaense de Energia – Copel;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Juros:

10/06/2016 – R\$ 747,92975000

29/07/2016 – R\$ 205,64556999

Prêmio:

29/07/2016 – R\$ 20,41129114

Resgate Total Antecipado:

29/07/2016 – R\$ 10.000,00000000

**(ix) Denominação da companhia ofertante: NOVA EURUS IV ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

- Emissão: 1ª.
- Valor da emissão: R\$ 30.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 3.000;
- Espécie: quirografária, com garantia adicional fidejussória;
- Prazo de vencimento das debêntures\*: 10/12/2016;
- \*Redação em conformidade com o 2º Aditamento à Escritura de Emissão.
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) fiança prestada pela Companhia Paranaense de Energia – Copel;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Juros:

10/06/2016 – R\$ 747,92975000

29/07/2016 – R\$ 205,64556999

Prêmio:

29/07/2016 – R\$ 20,41129114

Resgate Total Antecipado:

29/07/2016 – R\$ 10.000,00000000

(x) Denominação da companhia ofertante: **VENTOS DE SANTO URIEL S.A.**

- Emissão: 1ª.
- Valor da emissão: R\$ 31.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 3.100;
- Espécie: quirografária com garantia adicional fidejussória;
- Prazo de vencimento das debêntures: 10/12/2016;
- \*Redação em conformidade com o 2º Aditamento à Escritura de Emissão.
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) fiança prestada pela Companhia Paranaense de Energia – COPEL;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Juros:

10/06/2016 – R\$ 747,92975000

29/07/2016 – R\$ 205,64556999

Prêmio:

29/07/2016 – R\$ 20,41129114

Resgate Total Antecipado:

29/07/2016 – R\$ 10.000,00000000

(xi) Denominação da companhia ofertante: **ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A.**

- Emissão: 2ª.
- Valor da emissão: R\$ 203.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 20.300;
- Espécie: quirografária, com garantia adicional fidejussória;
- Prazo de vencimento das debêntures: 26/09/2018;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) fiança prestada pela Companhia Paranaense de Energia – Copel e pela Paineira Participações e Empreendimentos Ltda., na seguinte proporção, respectivamente, 70% e 30%;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Amortização:

26/01/2016 – R\$ 166,700000

26/02/2016 – R\$ 166,700000  
28/03/2016 – R\$ 166,700000  
26/04/2016 – R\$ 166,700000  
27/05/2016 – R\$ 166,700000  
27/06/2016 – R\$ 166,700000  
26/07/2016 – R\$ 166,700000  
26/08/2016 – R\$ 166,700000  
26/09/2016 – R\$ 166,700000  
26/10/2016 – R\$ 166,700000  
28/11/2016 – R\$ 166,700000  
26/12/2016 – R\$ 166,700000

Juros:

26/01/2016 – R\$ 62,409428  
26/02/2016 – R\$ 63,527680  
28/03/2016 – R\$ 58,594597  
26/04/2016 – R\$ 56,703716  
27/05/2016 – R\$ 60,328187  
27/06/2016 – R\$ 55,583742  
26/07/2016 – R\$ 53,597757  
26/08/2016 – R\$ 56,559141  
26/09/2016 – R\$ 47,249316  
26/10/2016 – R\$ 47,499050  
28/11/2016 – R\$ 44,945788  
26/12/2016 – R\$ 40,382312

(xii) Denominação da companhia ofertante: **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR**

- Emissão: 3ª.
- Valor da emissão\*: R\$ 300.000.000,00;  
\*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.
- Quantidade de debêntures emitidas\*: (i) 1ª Série: 19.967; e (ii) 2ª Série: 10.033;  
\*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.
- Espécie: quirografária;
- Prazo de vencimento das debêntures\*: (i) 1ª Série: 15/11/2018; e (ii) 2ª Série: 15/11/2020;  
\*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

→ 1ª Série:

Amortização:

16/11/2016 – R\$ 3.330,000000

Juros:

16/05/2016 – R\$ 747,349799

16/11/2016 – R\$ 764,147000

→ 2ª Série:

Juros:

16/05/2016 - R\$ 417,051790

16/11/2016 - R\$ 437,797849

(xiii) Denominação da companhia ofertante: **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR**

- Emissão: 6ª.
- Valor da emissão\*: R\$ 250.000.000,00;  
\*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.
- Quantidade de debêntures emitidas\*: (i) 1ª Série: 8.000; e (ii) 2ª Série: 17.000;  
\*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.
- Espécie: quirografária;
- Prazo de vencimento das debêntures\*: (i) 1ª Série: 15/11/2018; e (ii) 2ª Série: 15/11/2020;  
\*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture: não houve.

(xiv) Denominação da companhia ofertante: **BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR**

- Emissão: 5ª.
- Valor da emissão: R\$ 2.025.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: (i) 1ª Série: 500.000; (ii) 2ª. Série: 1.000.000; e (iii) 3ª. Série: 525.000;
- Espécie: quirografária;
- Prazo de vencimento das debêntures: (i) 1ª Série: 01/01/2014; (ii) 2ª. Série: 01/01/2014; e (iii) 3ª. Série: 15/01/2017;

- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável;
  - Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:
    - (i) Pagamentos:
      - 1ª Série: vencimento em 01/01/2014
      - 2ª Série: vencimento em 01/01/2014
      - 3ª Série:
        - Juros:
        - 15/01/2016 – R\$ 88,389418
- (xv) Denominação da companhia ofertante: **BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR**
- Emissão: 6ª.
  - Valor da emissão: R\$ 2.000.000.000,00;
  - Quantidade de debêntures emitidas: (i) 1ª Série: 409.000; (ii) 2ª. Série: 302.000; e (iii) 3ª. Série: 1.289.000;
  - Espécie: quirografia;
  - Prazo de vencimento das debêntures: (i) 1ª Série: 01/07/2016; (ii) 2ª. Série: 01/07/2016; e (iii) 3ª. Série: 15/05/2019;
  - Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável;
  - Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:
    - (i) Pagamentos:
      - 1ª Série:
        - Amortização:
        - 01/07/2016 – R\$ 1.000,000000 (vencimento)
        - Juros:
        - 01/07/2016 – R\$ 557,797925
      - 2ª Série:
        - Amortização:
        - 01/07/2016 – R\$ 1.000,000000 (vencimento)
        - Juros:
        - 01/07/2016 – R\$ 559,413110
      - 3ª Série:

Juros:

16/05/2016 – R\$ 72,248948

- (xvi) A Pentágono atua como Agente Fiduciário na 2ª Emissão de Notas Promissórias da COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.. Desta forma, informamos que o(s) respectivo(s) relatório(s) encontra(m)-se disponível(is) no site: <http://www.pentagonotrustee.com.br/>

12. **Parecer:**

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto à CVM - Comissão de Valores Imobiliários.

13. **Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário:** (Artigo 12, alínea I, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea “b” da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

**PENTÁGONO S.A. DTVM**



## DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

**Anexo 1**

**Balancos Patrimoniais**  
**levantados em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**  
**em milhares de reais**

| ATIVO  | NE nº | Controladora      |                   | Consolidado       |                   |
|--|-------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
|  |       | 31.12.2016        | 31.12.2015        | 31.12.2016        | 31.12.2015        |
| <b>CIRCULANTE</b>                                      |       |                   |                   |                   |                   |
| Caixa e equivalentes de caixa                          | 5     | 46.096            | 25.653            | 982.073           | 1.480.727         |
| Títulos e valores mobiliários                          | 6     | 149               | 168               | 302.398           | 406.274           |
| Cauções e depósitos vinculados                         |       | 128               | 132               | 1.294             | 2.000             |
| Clientes   | 7     | -                 | -                 | 2.217.355         | 3.032.827         |
| Dividendos a receber                                   |       | 485.263           | 488.187           | 71.758            | 40.345            |
| Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná             | 8     | -                 | 111.663           | -                 | 111.663           |
| Ativos financeiros setoriais                           | 9     | -                 | -                 | -                 | 910.759           |
| Contas a receber vinculadas à concessão                | 10    | -                 | -                 | 65.595            | 9.162             |
| Outros créditos  | 12    | 8.736             | 13.018            | 306.933           | 474.889           |
| Estoques   |       | -                 | -                 | 130.637           | 131.018           |
| Imposto de renda e contribuição social                 | 13.1  | 41.899            | 154.077           | 188.952           | 194.244           |
| Outros tributos a recuperar                            | 13.3  | 197               | -                 | 67.931            | 70.725            |
| Despesas antecipadas                                   | 14    | -                 | -                 | 39.096            | 49.282            |
| Partes relacionadas                                    | 15    | 116.020           | 447               | 28.968            | 19.482            |
|  |       | <b>698.488</b>    | <b>793.345</b>    | <b>4.402.990</b>  | <b>6.933.397</b>  |
| <b>NÃO CIRCULANTE</b>                                  |       |                   |                   |                   |                   |
| <b>Realizável a Longo Prazo</b>                        |       |                   |                   |                   |                   |
| Títulos e valores mobiliários                          | 6     | -                 | -                 | 195.096           | 91.117            |
| Outros investimentos temporários                       | 16    | 408.297           | -                 | 408.297           | -                 |
| Cauções e depósitos vinculados                         | 23.1  | -                 | -                 | 73.074            | 86.137            |
| Clientes   | 7     | -                 | -                 | 270.786           | 75.062            |
| Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná             | 8     | 1.522.735         | 1.271.579         | 1.522.735         | 1.271.579         |
| Depósitos judiciais                                    | 17    | 153.932           | 267.411           | 657.603           | 719.927           |
| Ativos financeiros setoriais                           | 9     | -                 | -                 | -                 | 134.903           |
| Contas a receber vinculadas à concessão                | 10    | -                 | -                 | 3.748.335         | 1.358.451         |
| Contas a receber vinculadas à indenização da concessão | 11    | -                 | -                 | 67.401            | 219.556           |
| Outros créditos  | 12    | -                 | -                 | 73.551            | 31.614            |
| Imposto de renda e contribuição social                 | 13.1  | 153.216           | 79.144            | 169.967           | 94.686            |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos       | 13.2  | 47.462            | 100.919           | 803.477           | 537.562           |
| Outros tributos a recuperar                            | 13.3  | 15                | 15                | 131.108           | 112.902           |
| Despesas antecipadas                                   | 14    | -                 | -                 | 25.583            | 25.493            |
| Partes relacionadas                                    | 15    | 220.661           | 297.237           | 155.141           | 192.803           |
|  |       | <b>2.506.318</b>  | <b>2.016.305</b>  | <b>8.302.154</b>  | <b>4.951.792</b>  |
| <b>Investimentos</b>                                   | 18    | <b>14.111.959</b> | <b>14.140.573</b> | <b>2.334.950</b>  | <b>2.224.710</b>  |
| <b>Imobilizado</b>                                     | 19    | <b>630</b>        | <b>455</b>        | <b>8.934.303</b>  | <b>8.692.682</b>  |
| <b>Intangível</b>                                      | 20    | <b>3.168</b>      | <b>3.046</b>      | <b>6.459.812</b>  | <b>6.145.076</b>  |
|  |       | <b>16.622.075</b> | <b>16.160.379</b> | <b>26.031.219</b> | <b>22.014.260</b> |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b>                                  |       | <b>17.320.563</b> | <b>16.953.724</b> | <b>30.434.209</b> | <b>28.947.657</b> |

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

| PASSIVO  | NE nº  | Controladora      |                   | Consolidado       |                   |
|--|--------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
|  |        | 31.12.2016        | 31.12.2015        | 31.12.2016        | 31.12.2015        |
| <b>CIRCULANTE</b>  |        |                   |                   |                   |                   |
| Obrigações sociais e trabalhistas                        | 21     | 5.573             | 15.436            | 287.797           | 258.401           |
| Fornecedores   | 22     | 2.225             | 2.602             | 1.255.639         | 1.613.126         |
| Imposto de renda e contribuição social                   | 13.1   | -                 | -                 | 41.454            | 311.916           |
| Outras obrigações fiscais                                | 13.3   | 412               | 32.617            | 294.994           | 340.948           |
| Empréstimos e financiamentos                             | 23     | 453.288           | 61.788            | 1.470.742         | 308.558           |
| Debêntures   | 24     | 351.148           | 19.497            | 1.131.198         | 924.005           |
| Dividendos a pagar                                       |        | 256.426           | 310.020           | 266.831           | 346.007           |
| Benefícios pós-emprego                                   | 25     | 188               | 21                | 47.894            | 43.323            |
| Encargos do consumidor a recolher                        | 26     | -                 | -                 | 141.712           | 277.458           |
| Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética       | 27     | -                 | -                 | 231.513           | 167.881           |
| Contas a pagar vinculadas à concessão                    | 28     | -                 | -                 | 66.210            | 61.786            |
| Passivos financeiros setoriais                           | 9      | -                 | -                 | 155.261           | -                 |
| Outras contas a pagar                                    | 29     | 579               | 232               | 264.791           | 135.709           |
|  |        | <b>1.069.839</b>  | <b>442.213</b>    | <b>5.656.036</b>  | <b>4.789.118</b>  |
| <b>NÃO CIRCULANTE</b>                                    |        |                   |                   |                   |                   |
| Fornecedores   | 22     | -                 | -                 | 36.711            | 5.923             |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos         | 13.2   | -                 | -                 | 178.430           | 214               |
| Outras obrigações fiscais                                | 13.3   | 2.075             | 1.466             | 303.146           | 257.273           |
| Empréstimos e financiamentos                             | 23     | 562.072           | 969.412           | 2.575.551         | 3.768.502         |
| Debêntures   | 24     | 665.951           | 996.590           | 3.659.611         | 2.759.923         |
| Benefícios pós-emprego                                   | 25     | 3.517             | 7.795             | 721.971           | 551.337           |
| Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética       | 27     | -                 | -                 | 252.376           | 231.112           |
| Contas a pagar vinculadas à concessão                    | 28     | -                 | -                 | 499.332           | 473.879           |
| Passivos financeiros setoriais                           | 9      | -                 | -                 | 123.731           | -                 |
| Outras contas a pagar                                    | 29     | -                 | -                 | 30.525            | 30.962            |
| Provisões para litígios                                  | 30     | 152.944           | 290.520           | 1.241.343         | 1.494.936         |
|  |        | <b>1.386.559</b>  | <b>2.265.783</b>  | <b>9.622.727</b>  | <b>9.574.061</b>  |
| <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                                |        |                   |                   |                   |                   |
| <b>Atribuível aos acionistas da empresa controladora</b> |        |                   |                   |                   |                   |
| Capital social   | 31.1.1 | 7.910.000         | 6.910.000         | 7.910.000         | 6.910.000         |
| Ajustes de avaliação patrimonial                         | 31.1.2 | 998.466           | 1.177.372         | 998.466           | 1.177.372         |
| Reserva legal  | 31.1.3 | 792.716           | 744.784           | 792.716           | 744.784           |
| Reserva de retenção de lucros                            | 31.1.3 | 5.162.983         | 5.413.572         | 5.162.983         | 5.413.572         |
|  |        | <b>14.864.165</b> | <b>14.245.728</b> | <b>14.864.165</b> | <b>14.245.728</b> |
| <b>Atribuível aos acionistas não controladores</b>       | 18.2.2 | -                 | -                 | <b>291.281</b>    | <b>338.750</b>    |
|  |        | <b>14.864.165</b> | <b>14.245.728</b> | <b>15.155.446</b> | <b>14.584.478</b> |
| <b>Atribuível aos acionistas não controladores</b>       | 18.2.2 | -                 | -                 | <b>291.281</b>    | <b>338.750</b>    |
|  |        | <b>14.864.165</b> | <b>14.245.728</b> | <b>15.155.446</b> | <b>14.584.478</b> |
| <b>TOTAL DO PASSIVO</b>                                  |        | <b>17.320.563</b> | <b>16.953.724</b> | <b>30.434.209</b> | <b>28.947.657</b> |

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Anexo 2**

**Demonstrações de Resultados**  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015  
em milhares de reais

|  | NE nº  | Controladora     |                  | Consolidado      |                             |
|--|--------|------------------|------------------|------------------|-----------------------------|
|  |        | 31.12.2016       | 31.12.2015       | 31.12.2016       | Reapresentado<br>31.12.2015 |
| <b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>   | 32     | -                | -                | 13.101.753       | 14.945.844                  |
| Custos Operacionais  | 33     | -                | -                | (10.234.115)     | (11.799.316)                |
| <b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>   |        | -                | -                | 2.867.638        | 3.146.528                   |
| Outras Receitas (Despesas) Operacionais  |        |                  |                  |                  |                             |
| Despesas com vendas  | 33     | -                | -                | (250.448)        | (283.397)                   |
| Despesas gerais e administrativas  | 33     | (107.781)        | (123.717)        | (741.145)        | (870.808)                   |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas  | 33     | 231.851          | (3.588)          | (53.838)         | (158.819)                   |
| Resultado da equivalência patrimonial  | 18     | 902.731          | 1.385.624        | 221.895          | 92.545                      |
|  |        | <b>1.026.621</b> | <b>1.258.321</b> | <b>(823.536)</b> | <b>(1.020.077)</b>          |
| <b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>  |        | <b>1.026.621</b> | <b>1.258.321</b> | <b>2.044.102</b> | <b>2.126.451</b>            |
| Resultado Financeiro   | 34     |                  |                  |                  |                             |
| Receitas financeiras   |        | 321.058          | 245.347          | 898.553          | 789.827                     |
| Despesas financeiras   |        | (334.113)        | (314.101)        | (1.482.297)      | (1.098.298)                 |
|  |        | <b>(13.057)</b>  | <b>(68.754)</b>  | <b>(583.744)</b> | <b>(308.471)</b>            |
| <b>LUCRO OPERACIONAL</b>   |        | <b>1.013.564</b> | <b>1.189.567</b> | <b>1.478.358</b> | <b>1.797.780</b>            |
| <b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>  | 13.4   |                  |                  |                  |                             |
| Imposto de renda e contribuição social   |        | (4.882)          | (217)            | (589.322)        | (698.023)                   |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos   |        | (50.032)         | 3.388            | 58.754           | 165.794                     |
|  |        | <b>(54.914)</b>  | <b>3.171</b>     | <b>(530.568)</b> | <b>(532.229)</b>            |
| <b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>  |        | <b>958.650</b>   | <b>1.192.738</b> | <b>947.790</b>   | <b>1.265.551</b>            |
| Atribuído aos acionistas da empresa controladora   |        | -                | -                | 958.650          | 1.192.738                   |
| Atribuído aos acionistas não controladores   | 18.2.2 | -                | -                | (10.860)         | 72.813                      |
| <b>LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS DA EMPRESA CONTROLADORA - em reais</b> |        |                  |                  |                  |                             |
| Ações ordinárias   | 31.1.3 | 3,34587          | 4,16287          |                  |                             |
| Ações preferenciais classe "A"   | 31.1.3 | 3,68045          | 4,57807          |                  |                             |
| Ações preferenciais classe "B"   | 31.1.3 | 3,68045          | 4,56917          |                  |                             |

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Anexo 3

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da  
Companhia Paranaense de Energia - COPEL  
Paraná - PR

#### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Paranaense de Energia ("Copel" ou "Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Copel em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

#### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



#### Reconhecimento de receita

A receita da Companhia e de suas controladas decorre substancialmente do fornecimento e suprimento de energia elétrica, disponibilidade da rede elétrica, receita de construção de infraestrutura, serviços de telecomunicação e distribuição de gás canalizado, conforme descrito nas notas explicativas 4.10, 4.11 e 32. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria, dada a complexidade na captura, processamento e registro das transações e à grande dependência dos sistemas de tecnologia e de seus respectivos controles internos envolvidos no reconhecimento da receita da Companhia.

Nossos procedimentos de auditoria para endereçar esta área principal de auditoria, incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e implementação de controles internos relevantes relacionados aos processos da Administração para o reconhecimento da receita; (ii) avaliação do ambiente da tecnologia da informação com auxílio de nossos especialistas internos, onde estão inseridos os sistemas de medição e faturamento, incluindo os controles relevantes de gerenciamento de mudanças e acesso relacionados aos sistemas envolvidos nos processos de reconhecimento de receitas; (iii) teste, em uma base amostral, sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas pela Copel, bem como se as mesmas foram contabilizadas no período correto; (iv) testes sobre a exatidão da geração de faturas, em uma base de amostragem; (v) teste de recebimentos subsequente de faturas, em uma base de amostragem; (vi) teste sobre as receitas não faturadas avaliando o processo de estimativa da Administração; e (vii) avaliação se as divulgações efetuadas estão apropriadas.

#### Capitalização de gastos como intangível da concessão

Conforme divulgado na nota explicativa nº 20, a Companhia possui saldos relevantes de Ativos Intangíveis relacionados à Concessão. Perante o montante envolvido e a dispersão dos investimentos por toda a área de concessão da distribuidora controlada pela Companhia, e ainda, considerando que a infraestrutura de distribuição é a base utilizada pelo regulador (Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel) na determinação da tarifa de cada ciclo tarifário, ou seja, a infraestrutura de distribuição é base de remuneração regulatória – BRR, consideramos a segregação e capitalização de gastos ao ativo intangível da concessão como um assunto principal de auditoria, pois podem ocorrer erros na determinação e capitalização de gastos não qualificáveis, principalmente relacionados a serviços de terceiros e mão de obra.

Nossos procedimentos de auditoria para endereçar esse assunto principal de auditoria relacionado à segregação e capitalização de gastos à infraestrutura de distribuição incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo da Administração para segregação e capitalização dos gastos à infraestrutura de distribuição; (ii) envolvimento de nossos especialistas em Tecnologia da Informação para avaliação dos sistemas utilizados pela Companhia no controle do ativo intangível e os respectivos gastos capitalizados; (iii) execução de testes da exatidão dos valores capitalizados, por amostragem, sobre os gastos segregados e capitalizados ao ativo intangível e ativo financeiro da concessão; (iv) desafio às premissas utilizadas pela Administração na determinação e segregação dos gastos capitalizados; e (v) comparação dos valores capitalizados àqueles homologados pelo regulador no seu último período de revisão tarifária da distribuidora controlada pela Companhia.

#### Provisão para litígios

Conforme divulgado na nota explicativa nº 30, a Companhia é ré em uma série de processos judiciais relacionados a discussões trabalhistas, fiscais e cíveis, os quais envolvem montantes elevados. Na determinação dos montantes a serem contabilizados para fazer frente a estes riscos, bem como dos montantes de riscos possíveis divulgados nas demonstrações financeiras, a Administração aplica um alto julgamento que requer a utilização de conhecimento técnico e histórico da Companhia, análise de jurisprudências e análise individualizada dos processos.

Para responder a este principal assunto de auditoria, nossos procedimentos incluíram: (i) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade dos controles internos relevantes sobre as contingências, especificamente na determinação das provisões para referidos riscos; (ii) testes, com o auxílio de nossos especialistas em tecnologia da informação, sobre os controles e sistema informatizados utilizados pela Administração e seus assessores jurídicos externos para controlar e avaliar as provisões; (iii) execução de teste da integridade e exatidão da base de dados utilizada pela administração para desenvolvimento das estimativas dos prognósticos de perda dos processos; (iv) confirmação independente com os assessores jurídicos externos e patronos dos processos quanto à classificação do risco de perda, à fase processual e ao valor envolvido; e (vi) desafio às premissas e aos julgamentos utilizados pela Administração no desenvolvimento desta estimativa. Analisamos, também, a adequação das divulgações relacionadas a tais processos e provisões incluídas na nota explicativa nº 30.

#### **Outros assuntos**

##### *Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior*

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4.1, os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência do assunto descrito na referida nota explicativa, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 28 de março de 2017, que não conteve qualquer modificação. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

##### *Demonstração do valor adicionado*

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVAs), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos neste Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 28 de março de 2017

/s/  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 F-PR

/s/  
Fernando de Souza Leite  
Contador  
CRC n.º 1 PR-050.422/O-3